

A construção da perspectiva africana: uma história do projeto *História Geral da África* (Unesco)

*The construction of the African perspective: a history
of the General History of Africa project (Unesco)*

Muryatan Santana Barbosa*

RESUMO

O artigo analisa a construção da ‘perspectiva africana’ no projeto da *História Geral da África* (HGA), focando o período entre 1965 e 1979. Contando com a participação de mais de uma centena de especialistas internacionais sob auspícios da Unesco, a HGA foi um dos maiores projetos intelectuais do século XX. Fundada em fontes primárias, esta análise dá ênfase aos conflitos internos engendrados na construção dessa ‘perspectiva africana’, enquanto linha hegemônica da HGA. Tal investigação revela dois momentos críticos do projeto: os anos polêmicos (1972-1978) e os pragmáticos (1978-1982). Dessas disputas resultaram os parâmetros teórico-metodológicos e o conteúdo dos oito volumes da obra, publicados na década de 1980 e recentemente republicados no Brasil.

Palavras-chave: história da África; história da historiografia; Unesco.

ABSTRACT

This article analyzes the construction of the African perspective in the *General History of Africa* project (GHA), focusing on the period between 1965 and 1979. With the participation of over two hundred international experts under the auspices of Unesco, this was one of the greatest intellectual projects of the twentieth century. Based on primary sources, this analysis emphasizes the internal conflicts involved in the construction of the African perspective as a hegemonic line of thought in the GHA. Two critical moments of the project were found in the investigation: the controversial years (1972-78), and the pragmatic years (1978-82). As a result of these disputes, theoretical and methodological parameters were constructed, in addition to eight volumes of material published in the 1980s, and recently republished in Brazil.

Keywords: African history; history of historiography; Unesco.

* Mestre em Sociologia e Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Programa de Pós-Graduação em História Social. Av. Prof. Lineu Prestes, 338. Cidade Universitária. 05508-000 São Paulo – SP – Brasil. murybarbosa@hotmail.com

O INÍCIO DO PROJETO (1965-1969)

O projeto da *História Geral da África* teve sua origem no 1º Congresso Internacional dos Africanistas, realizado em Acra, capital de Gana, entre 11 e 18 de dezembro de 1962. Tratou-se de um grande evento que, com o suporte da Unesco, reuniu cerca de quinhentos especialistas em África de todo o mundo. A ideia era, provavelmente, anterior. Mas ali se ratificou, de forma pública, o desejo de construir, com a ajuda da Unesco, um trabalho de cooperação científica internacional, visando desenvolver a pesquisa histórica em África.

Havia duas razões para essa participação da Unesco no projeto da HGA, desde sua origem. Em primeiro lugar, ela já estava à época voltada para a intensificação do seu trabalho na África. Esse intento era evidente, por exemplo, nas deliberações da 15ª Conferência Geral da Unesco, em 1960, por mais esforços pela educação no continente. O apoio da Unesco ao referido Congresso dos Africanistas fazia parte desse intento maior. Esse era um direcionamento que, por sua vez, respondia à integração de uma grande quantidade de países africanos no seu quadro, sobretudo os recém-independentes, no início de 1960. Basta lembrar que em 1960 existiam apenas nove países africanos na Unesco, e, em 1963, esse número já havia subido para 32. Além disso, a Unesco poderia dar o respaldo institucional e financeiro que o projeto exigia. Afinal, desde seu início ele foi pensado como um trabalho científico de grande envergadura.

Três motivos principais justificavam a criação do projeto da HGA, segundo seus idealizadores. Em primeiro lugar, havia o perigo de que as fontes para a história da África se perdessem definitivamente, tanto as fontes escritas quanto as orais. Tal fato poderia ser revertido, em parte, com a coleta de fontes e a organização dos arquivos em África, os quais poderiam acomodar a documentação existente e aquela que ainda estava por investigar. Mas isso deveria ser feito rapidamente. Em segundo lugar, havia o desejo de que a HGA pudesse sintetizar o conhecimento sobre o continente, ainda disperso e mal distribuído no tempo e no espaço. Só assim se teria clareza das lacunas a serem pesquisadas. Por fim, havia o desejo de que a HGA pudesse impulsionar uma escrita da história que superasse os preconceitos colonialistas sobre o continente, contribuindo para mostrar as contribuições africanas para a civilização humana. Algo visto como sumamente necessário às nações africanas no período pós-colonial que se instaurava em África.¹

Consensual entre os especialistas em história e cultura africana, a ideia da HGA foi encaminhada e aprovada, em 1964, como um dos projetos de coope-

ração científica internacional da 16ª Conferência Geral da Unesco. Com essa aprovação, a Unesco se tornou oficialmente a instituição promotora da HGA, cuja primeira etapa foi finalizada em 1999, com a publicação dos oito volumes em francês, inglês e árabe. Isso significa que a Unesco assumia o apoio institucional e financeiro do projeto. Na prática, entretanto, como veremos, este foi construído de forma relativamente autônoma, por uma comissão de especialistas de notório saber sobre a temática.

Para iniciar o projeto, o então diretor geral da Unesco, o francês René Maheu, apontou o primeiro diretor científico para o projeto da HGA. Foi escolhido para o cargo um dos primeiros historiadores acadêmicos africanos: o nigeriano Kenneth Onwuka Dike, vice-reitor da Universidade de Ibadan, diretor do Ciaf e presidente do 1º Congresso Internacional dos Africanistas (1962). Sob orientação de K. O. Dike, portanto, foram indicados os primeiros organizadores do projeto (Unesco, 1966a, p.3).

A primeira reunião dos especialistas indicados pela Unesco foi realizada em Abidjan, Costa do Marfim, entre agosto e setembro de 1966. Ali se formou o primeiro grupo organizador da HGA, sob o título de *Comissão de Especialistas para uma História Geral da África*. O presidente dessa Comissão foi K. O. Dike. O historiador Joseph Ki-Zerbo (Alto Volta) foi o seu vice-presidente, e o historiador M. Lacheraf (Argélia), o secretário executivo. Fizeram parte dessa reunião os seguintes pesquisadores, sem cargos específicos: J. F. Ade Ajayi (Nigéria), M. Dagnogo (Costa do Marfim), J. Devisse (França), H. E. M. El Fasi (Marrocos), H. E. A. Ampaté Bâ (Mali), H. Djait (Tunísia), D. McCall (Estados Unidos), A. N'Daw (Senegal), D. T. Niane (Senegal) e L. Yabloshkov (União Soviética). O diretor geral da Unesco foi representado por N. Bamma-te, da Divisão de Estudos Culturais (Unesco, 1966a, p.1, 2).

Existem dois relatórios públicos sobre a reunião de Abidjan, em 1966, essenciais para compreender as motivações e os objetivos dos primeiros organizadores da HGA: UNESCO-CLT-HGINAF-ABIDJAN-3 e UNESCO-SHC-2. São relatórios similares, mas não idênticos. Apenas o primeiro possui autoria, tendo sido redigido pelos professores Lacheraf, Ajayi, McCall, Niane, Devisse e Yabloshkov.

Esses relatórios confirmam que, desde o primeiro momento, a HGA foi um projeto voltado para o desenvolvimento da pesquisa histórica em África, justificado pelos três princípios básicos já referidos: a) organização de fontes; b) síntese do conhecimento existente; c) construção de uma nova história da África. O que a reunião de Abidjan fez foi concretizar uma agenda para a HGA

com ordem de prioridade, indo daqueles trabalhos mais urgentes para os demais, de longo prazo. Nesse sentido, o resultado mais importante dessa reunião foi a organização do processo de coleta das fontes em África, ocorrido entre 1965 e 1969. Nesse trabalho, a ser realizado pela Unesco, a Comissão destacou os seguintes pontos:

- a) formação de quadros técnicos africanos para a coleta de dados;
- b) levantamento de fontes ainda não conhecidas, especialmente as de tradição oral;
- c) realização de encontros de especialistas em tradição oral, visando à construção de uma metodologia científica sobre o assunto;
- d) difusão de conhecimentos sobre métodos de conservação das fontes;
- e) ajuda na formação, organização e integração de centros de documentação em países africanos;
- f) alerta para que os países membros da Unesco e o Conselho Internacional de Arquivos se esforçassem na coleta e difusão de fontes sobre a África, especialmente em relação àquelas que se encontram sob propriedade privada;
- g) publicação de guias com as fontes africanas, a serem utilizados na escrita da história da HGA.

Dados os apontamentos práticos, a reunião foi considerada por seus participantes como o encontro final da fase preliminar de preparação da HGA (Unesco, 1966a, p.5).

Além da definição de objetivos de curto prazo para a realização da HGA, a reunião de Abidjan traçou algumas questões de mais longo prazo, relevantes para a escrita da história que deveria emergir do projeto. A primeira era o caráter científico da história pensada na HGA. Nota-se também a preocupação em enfatizar o caráter essencial que a tradição oral teria para esta, assim como a centralidade do trabalho interdisciplinar, em especial, na relação entre História, Linguística e Arqueologia. Também foi defendida a ideia de que a escrita da história da HGA deveria construir uma visão totalizante da África, voltada à descrição da África como um todo relacionado.²

O direcionamento prático da reunião de Abidjan guiou os passos seguintes da HGA. Ao longo dos anos de 1965-1969 se organizaram as pesquisas de

campo, a criação dos centros de pesquisa e documentação (sobretudo da tradição oral) e a compilação de inventários e arquivos. Após esse trabalho, no início da década de 1970, se iniciou a publicação do material recolhido, com o título de *Guia das Fontes Históricas da História da África*. Esse trabalho inicial foi essencial para a redação da HGA.

A CONSOLIDAÇÃO (1969-1975)

Após a reunião de Abidjan, outros encontros, com grupos menores, foram realizados para normatizar o trabalho de levantamento de fontes e organização de institutos, que vinha sendo feito pela Unesco entre 1965 e 1969. Em 1969, por exemplo, ocorreu uma reunião administrativa em Paris. Ela foi importante por ter sido a reunião que encaminhou a HGA para a segunda fase de seu projeto, visando à escrita da obra. Mas as decisões fundamentais em relação a esse novo caminho foram tomadas, sem dúvida, na reunião seguinte da Comissão para a História Geral da África, realizada entre 22 e 26 de junho de 1970, em Addis Abeba, capital da Etiópia.

A reunião de Addis Abeba foi organizada por uma nova comissão. O novo presidente era o professor Akilulu Habte (Etiópia). Havia três vice-presidentes, Mohammed El Fasi (Marrocos), Abbé A. Kagame (Ruanda) e J. Franco (Cuba). Os secretários executivos eram os professores J. F. Ajayi e J. Devise. Nesse núcleo central havia, portanto, três remanescentes da última reunião de Abidjan: J. Devise, M. El Fasi e J. Ajayi. Além destes, havia outros três intelectuais que estiveram presentes nas duas reuniões, mas que não ocuparam cargos específicos em Addis Abeba: J. Ki-Zerbo, Hampaté Bâ e D. McCall. Esses seis intelectuais foram fundamentais nesse momento inicial da HGA, pois mantiveram presença constante nas reuniões do projeto. Havia também novos membros nessa Comissão. Eram sete professores que não haviam participado da reunião de Abidjan: Cheikh Anta Diop (Senegal), Musa Galal (Somália), V. L. Grottanneli (Itália), E. Haberland (Alemanha), I. Hrbek (Tchecoslováquia), A. Letnev (União Soviética) e I. Tshibangu (República Democrática do Congo). Os representantes da Unesco nessa reunião foram os professores N. Bammate, R. Uwechue, G. Provenchere e M. Gleglé.³

A reunião de Addis Abeba foi decisiva porque nela se estabeleceram as regras gerais de funcionamento do Comitê Executivo (CE) e do Comitê Científico Internacional (CCI, desde então *Comitê Científico Internacional para a*

Redação de uma História Geral da África), responsáveis pela HGA. Ademais, foi a reunião em que, após a análise das fontes agregadas pela Unesco, se estabeleceu a quantidade (oito) e o conteúdo essencial dos volumes que formariam a HGA. Foi um direcionamento que, no fundamental, seria seguido na publicação da obra, nas décadas de 1980 e 1990.

Em relação ao primeiro ponto, a reunião de Addis Abeba indicou os parâmetros posteriormente adotados no funcionamento institucional do projeto. Nessa estrutura havia dois órgãos permanentes: o Conselho Executivo (CE) e o Comitê Científico Internacional (CCI). O primeiro era formado por um pequeno número de integrantes. Estes teriam reuniões mais regulares e menos custosas, para acelerar a realização da obra. A ideia da Comissão reunida em Addis Abeba era que, assim, o fundo financeiro existente – considerado insuficiente pelos integrantes da reunião – poderia ser gasto nas pesquisas para a HGA, e não em reuniões administrativas.

Os membros do CE seriam escolhidos em votação no Comitê, para um mandato de 2 anos. Fariam parte desse CE um presidente, cinco vice-presidentes e um secretário geral. As regras de funcionamento desse CE também seriam definidas pelo Comitê, a máxima autoridade do projeto. O Comitê deveria se reunir, pelo menos, uma vez a cada 2 anos. Ele decidiria sobre as questões gerais da HGA – quando necessário, por voto. Ele deveria também manter-se em contato constante com os membros do CE e o diretor geral da Unesco, para informar acerca da continuidade do projeto. Os membros do Comitê seriam também escolhidos por votação, atendendo as indicações do diretor geral da Unesco ou dos seus próprios membros. A secretaria do Comitê seria indicada pelo diretor geral da Unesco.⁴

Além dessa organização administrativa mais geral, a Comissão indicou alguns pontos específicos. Dentre eles, vale destacar os que foram criados com a nítida intenção de garantir que a HGA fosse, eminentemente, um projeto coordenado pelos pesquisadores africanos. Nesse sentido, a Comissão defendeu que o Comitê fixasse, em seu estatuto, que a maioria dos integrantes do Comitê (dois terços) e do CE (4 membros) fosse de pesquisadores africanos. Ademais, decidiu que os editores dos volumes, eleitos pela Comissão, fossem pesquisadores africanos. Esses pontos foram encaminhados pela Comissão como parte de um estatuto para o Comitê Científico a ser criado em 1971, em Paris. Ali se votaria o estatuto da entidade (Unesco, 1970b, p.15-20; Unesco, 1970a, p.18-20).

Concomitantemente, a reunião decidiu outros pontos importantes em relação à divisão e ao conteúdo da HGA. Destaca-se nessa reunião a formação de um quadro mais amplo e completo dos pontos a serem seguidos nesta segunda fase da HGA:

- a) O conceito de História Geral da África significa, essencialmente, que o continente deva ser entendido como uma totalidade;
- b) A História Geral da África deve ser vista desde o seu interior, partindo do próprio continente como centro de interesse, considerando os africanos como sujeitos e não meros objetos da história;
- c) O foco deve ser sobre a história das ideias e das civilizações; ele objetiva uma síntese científica disto;
- d) A abordagem não pode ser dogmática, mas problemática, aberta, buscando o conhecimento atual sobre o assunto, de acordo com o estado atual das pesquisas, suas tendências, sem omitir indicações, quando necessário, sobre divergências entre os especialistas, e sobre o que ainda precisa ser conhecido em pesquisas futuras.⁵

A análise aqui realizada mostra que a reunião de Addis Abeba foi um encontro fundamental para a realização da HGA. Em primeiro lugar, pela organização administrativa do projeto. Em segundo, pela indicação do conteúdo temático básico, que foi seguido posteriormente. Em terceiro lugar, porque a reunião consolidou a posição de coordenação dos pesquisadores africanos na condução do projeto da HGA, como parte do estatuto do Comitê Científico. Algo que foi ratificado na primeira reunião deste, em Paris (1971).

As questões primordiais levantadas nessa reunião de Addis Abeba foram retificadas estatutariamente na primeira reunião do *Comitê Científico Internacional para a Redação de uma HGA*, que ocorreu em Paris entre 30 de março e 8 de abril de 1971. Nessa reunião, esteve presente a maioria dos indicados nas reuniões anteriores. A sua primeira tarefa foi aprovar o estatuto do Comitê Científico da HGA. Depois, foi votado o primeiro CE do projeto, responsável pela coordenação dos trabalhos da HGA. Foram eleitos os seguintes professores: a) presidente do CE: Aklilu Habte (Etiópia); b) vice-presidentes: Bethwell Ogot (Quênia), Cheikh Anta Diop (Senegal), Ivan Hrbek (Tchecoslováquia), J. F. Ajayi (Nigéria) e G. Mokhtar (Egito). Para secretário executivo do CE foi escolhido J. Devisse (França). Os demais participantes dessa primeira reunião do Comitê – além desses escolhidos para o CE – foram os seguintes

professores: A. Adu Boahen (Gana), J. D. Fage (Inglaterra), J. L. Franco (Cuba), M. H. I. Galaal (Somália), V. L. Grottanelli (Itália), E. Haberland (Alemanha Ocidental), E. Boubou Hama (Níger), H. E. A. Ampaté Bã (Mali), F. A. Kagame (Ruanda), I. N. Kimambo (Tanzânia), J. Ki-Zerbo (Alto Volta), A. Letnev (União Soviética), D. F. McCall (Estados Unidos), L. Ngcongco (Lesoto), D. T. Niane (Guiné), Ravoajanahary (Madagascar), M. Shibeika (Sudão) e J. Vansina (Bélgica, radicado nos Estados Unidos). A secretaria dessa reunião do Comitê ficou a cargo dos seguintes representantes da Unesco: R. Hoggart, N. Bammate, M. Gléglé, G. S. Métraux e G. Provenchere. Há que se destacar a participação majoritária de pesquisadores africanos entre os participantes da reunião e membros do CE e do Comitê Científico da HGA.

O estatuto votado pelo Comitê oficializava, em 16 artigos, as linhas gerais da organização administrativa elaborada nas reuniões preparatórias da HGA, especialmente em Addis Abeba. Além da instauração do Comitê e do CE, o estatuto integrou à sua redação final as regras de porcentagem (2-3 do Comitê; 4 membros no CE), pelas quais os pesquisadores africanos garantiam, oficialmente, os cargos centrais e o corpo majoritário de integrantes do projeto. Além disso, normatizava as obrigações mútuas entre os principais envolvidos no projeto, a saber, o CE, a Comissão, os editores, os autores e a própria Unesco, por intermédio do seu diretor geral e do secretariado. Para a Comissão, a reunião de Paris estabeleceu também as normas específicas de seu funcionamento, num total de 33 artigos.⁶ Vê-se aí a intenção dos organizadores em normatizar, no pormenor, o funcionamento da HGA.

Em relação ao conteúdo da HGA, a reunião de Paris restabeleceu o que fora levantado pelas anteriores, em relação à abordagem e às temáticas gerais da obra. Para isso, foram indicados os seguintes pontos, que definiriam as características da escrita da história na HGA:

- 1) Visando a melhor qualidade científica possível, a História não pretende ser exaustiva, tratando-se de uma obra de síntese que evita o dogmatismo. Em muitos aspectos, ela constitui um relato de problemas indicadores do estágio atual dos conhecimentos e das grandes correntes de pesquisa, não hesitando em assinalar, em tais circunstâncias, as divergências de opinião. Dessa forma, prepara o caminho a trabalhos futuros.
- 2) Neste trabalho a África é considerada como um todo. O objetivo de tal posição é mostrar as relações históricas entre as diferentes partes do

- continente, que, nas obras publicadas até hoje, em geral aparece subdividido.
- 3) A História Geral da África é, acima de tudo, uma história de ideias e de civilizações, sociedades e instituições. Ela introduzirá os valores da tradição oral, assim como as múltiplas formas da arte africana.
 - 4) Neste projeto, a história da África é enfocada sob o ponto de vista da própria África. Obra erudita, ela é também, em grande medida, o reflexo fiel da maneira como os autores africanos veem sua própria civilização. Ainda que seja elaborada dentro de um quadro internacional e se utilize de dados científicos atuais, a História será também um elemento capital para o reconhecimento do patrimônio cultural africano e colocará em evidência os fatores que contribuíram para a unidade do continente. Esse esforço em examinar os fatos desde seu interior é a característica singular do projeto e deverá, ao lado de suas qualidades científicas, conferir-lhe uma grande significação. Ao mostrar a verdadeira face da África, esta obra poderia, numa época dominada por rivalidades econômicas e técnicas, propor uma concepção particular dos valores humanos.⁷

Vê-se aí, pois, a indicação das características gerais da obra: a) abordagem científica e democrática; b) que visa à totalidade da África, com suas inter-relações regionais; c) focada na história das sociedades, civilizações e instituições, valorizando as contribuições da tradição e da arte africana; d) buscando um conhecimento da África por ela mesma, do ponto de vista dos autores africanos sobre sua própria história, o reconhecimento do patrimônio cultural africano e os fatores que contribuíram para a unidade do continente.

A reunião também elegeu os professores que se tornariam os editores dos oito volumes da obra, todos africanos: a) Volume I: Joseph Ki-Zerbo; b) Volume II: G. Mohktar; c) Volume III: H. E. El Fasi; d) Volume IV: D. T. Niane; e) Volume V: B. Ogot; f) Volume VI: J. F. Ade Ajayi; g) Volume VII: A. A. Boahen; Volume VIII: Ali Mazrui. Ali se consolidou também o conteúdo temático de cada um desses volumes, que pouco se alterou posteriormente. Na medida em que esse tema foi restrito a uma Comissão particular do Comitê, nomeada com esse objetivo, pode-se saber quem foram os pesquisadores que elaboraram esse conteúdo básico da HGA. Foram eles: Ajayi (presidente), Ki-Zerbo (secretário executivo), Fage, Vansina, Diop, Kagame, Kimambo, Boahen, Grottanelli, Niane, Shibeika, Haberland e Letnev.

Outra decisão importante votada pelo Comitê, em Paris, foi que, para acelerar a concretização da HGA, tendo em conta os pesquisadores participantes e as fontes agregadas ao projeto, os primeiros volumes a serem produzidos e publicados seriam os de número I, II e V (Unesco, 1971, p.3-24).

O fato é que na reunião de Paris, em 1971, após 6 anos de sua oficialização na Unesco, o projeto da HGA estava finalmente delineado em suas características gerais, tanto nos aspectos administrativos quanto nos temáticos. A partir de então, tratar-se-ia de organizar a escritura e a publicação da obra.

Pode-se observar que, em seus aspectos gerais, a reunião de Paris buscou manter uma linha de continuidade com os trabalhos das reuniões precedentes, sobretudo a de Addis Abeba (1970). Tal fato tende a mostrar que existia ali, portanto, uma intenção dos agentes em fazer o projeto ir adiante, para além das suas divergências pontuais. Esse intento é o que o professor Fernando Mourão (2009), único brasileiro participante do projeto, indica como um dos méritos que tornou possível esse amplo projeto de cooperação intelectual. Em suas palavras, tratava-se da crença de que a HGA era algo social e cientificamente importante para a época, dado o avanço dos povos africanos rumo à sua independência política.

Os anos de 1972 a 1975 marcam o período inicial de concretização da obra. Nessa etapa, conforme podemos observar nas fontes primárias, quatro dificuldades primordiais se impuseram aos organizadores. A primeira foram as constantes ausências de historiadores africanos importantes para o projeto, como Bethwell Ogot e Ali Mazrui. A segunda foi o atraso na redação e na editoração dos primeiros volumes a serem publicados, I e II, que já deveriam estar finalizados em 1974 (mas que só ficaram prontos em 1978). A terceira foi a falta de participação de muitos membros da Comissão, que não respondiam aos contatos do CE. Por fim, havia os desentendimentos quanto ao conteúdo dos capítulos, entre editores e autores.⁸ São incidentes que ajudaram a acirrar os ânimos dos participantes, entre 1975 e 1978. Nesse período, entretanto, a questão sobre a ‘perspectiva africana’ para a história da África, que ali estava sendo adotada, fica evidente.

ANOS POLÊMICOS (1975-1978)

Os anos mais polêmicos nas reuniões do projeto se iniciam na 5ª Reunião do CE, em Fez, Marrocos, em fevereiro de 1975. Nesse encontro, em razão dos

atrasos na redação dos capítulos, por diversos motivos, atentou-se para que os primeiros volumes da obra, I e II, inicialmente prometidos para fins de 1974, só seriam entregues para tradução e exame em fins de 1975. O andamento dos demais volumes também foi discutido, de forma pormenorizada, nessa reunião. Mais uma vez, o CE alertou os membros do Comitê para que fossem mais prestativos, quando chamados a realizar leituras comentadas ou indicações de autores, para o bom andamento da obra. Sobre isso, o relatório diz com todas as letras que “como é óbvio, apenas alguns membros do Comitê responderam as comunicações [da secretaria da Unesco, pelo CE] perguntando sobre os seus pontos de vista”.⁹

É difícil saber a razão exata desse problema. Por um lado, tais ‘organizadores’, especialmente quando integravam o CE, reclamavam da baixa cooperação dos demais membros do Comitê. Por outro, quando o Comitê se reunia, acusava-se o CE de excessiva centralização do trabalho de organização da HGA. O fato é que essa querela revela uma disputa crescente entre o CE e o Comitê, em relação ao andamento do projeto.

Em parte, essa disputa era consequência da diferença de ritmo entre os dois órgãos. Afinal, até fevereiro de 1975, data da reunião do CE que se comenta aqui, ele já se encontrara cinco vezes (Cairo, 1971; Butare, 1972; Lusaka, 1973; Addis Abeba, 1974; Fez, 1975), ao passo que o Comitê só havia realizado duas reuniões (Paris, 1971; Lusaka, 1973), provocando um descompasso entre os dois órgãos, sobretudo em relação às decisões do CE que, para se ratificarem, dependiam da aprovação do Comitê.

O fato é que essa participação tímida dos membros do Comitê atrasava um trabalho árduo de leituras e releituras a que cada capítulo estava submetido, de acordo com as normas e regimentos internos do projeto. Isso fica evidente nas reuniões do Comitê (3^a) e do CE (6^a) realizadas simultaneamente em Cotonou, no Benin, em julho de 1975. É impressionante o preciosismo com que aí se discutiram os apontamentos críticos feitos sobre centenas de capítulos da obra. Daí a enorme quantidade de correções e complementações aos textos originais, acrescentando ou eliminando fotos, palavras ou frases, mapas, glossário, notas e bibliografias. Era um trabalho complexo, que só poderia ser feito com a participação de dezenas de intelectuais comprometidos.

É certo, entretanto, que havia poucos organizadores aí. Na década de 1970, período crucial de concretização do trabalho, é possível que esse número girasse em torno de vinte intelectuais, obviamente sobrecarregados. Fora os oito editores (Ki-Zerbo, Mokhtar, El Fasi, Ogot, Niane, Ajayi, Boahen e

Mazrui) pode-se aí, salvo melhor juízo, elencar: Vansina, Diop, Devisse, Franco, Fage, Letnev, Kagame, Vercoutter, Habte, Tshibangu, Shibeika, Hrbek e Grottanelli. Entre os professores agregados em 1975, apenas Obenga, Mourão, Talib e Mutibwa começaram a participar regularmente das reuniões. Entre todos, há que se destacar as participações de Diop, Devisse e Ajayi, que, além de executarem o trabalho extra-reuniões, estiveram presentes em todos os encontros do CE, no período entre 1971 e 1977.¹⁰

De modo geral, tratava-se de um esforço que visava dois objetivos primordiais. Primeiramente, aumentar ao máximo o caráter informativo e explicativo dos textos; em segundo lugar, torná-los mais didáticos. Tal análise pormenorizada, entretanto, levou a atrasos consideráveis. Esse foi o caso, por exemplo, do primeiro volume da obra. Iniciado em 1971, ele deveria estar pronto em 1974, mas passou por um processo de reescritura entre 1976 e 1977 e só foi finalizado em 1978.

Vale dizer, todavia, que apesar desse preciosismo, não se encontram na análise das atas das reuniões do CE e do Comitê, até 1975, críticas à perspectiva interpretativa dos autores. O que se vê, geralmente, são apontamentos gerais, visando à discussão dos conteúdos presentes nos volumes.

Há, entretanto, duas exceções a essa regra, entre 1975 e 1978, que merecem comentários. A primeira delas foi o debate acerca do volume VIII da obra, editado pelo professor Ali Mazrui. Esse volume mereceu 2 dias de trabalho na reunião de Cotonou, em 1975. De modo geral, tal fato certamente se explica por ser um volume que tratou de temas atuais – a saber, a África pós-Segunda Guerra Mundial. Todavia, observando o relatório de Cotonou, é visível que a maior parte do debate girou em torno da abordagem que o editor, Ali Mazrui, deu ao tema, e não ao conteúdo. Tal fato é explicitado no relatório do CE: o tema requereria uma abordagem voltada para um “ponto de vista mais africano” que o até então adotado pelo editor. Em suas palavras: “O CE espera que o Editor do volume deva esforçar-se por caracterizar a questão tratada de um ponto de vista mais africano, em vez de um puramente pós-colonial”.¹¹ O que seria essa perspectiva mais africana não é definido nas atas, mas o assunto é retomado em seguida, quando o Comitê busca sumarizar os comentários ao editor:

Cada capítulo deve se iniciar com uma seção tratando, *desde um ponto de vista continental*, do problema em análise. Esta consideração geral deve ser ilustrada com o estudo de casos individuais. O CE tem frequentemente encontrado casos

não muito representativos neste sentido. Ademais, a possibilidade de falar de mais de dois casos individuais para comparação não deve ser rejeitada *a priori*.

Várias propostas vêm sendo submetidas ao Editor do volume em Lusaka e em outras ocasiões, e vêm sendo apresentadas também a ele por membros do Comitê. O CE espera que estas propostas se reflitam em uma nova lista de conteúdos. (Unesco, 1975b, p.9, grifos no original)

Ou seja, por um ‘ponto de vista mais africano’ entende-se, neste caso, a capacidade do editor de colocar o problema de análise do seu volume desde um ponto de vista continental, que poderia ser ilustrado com casos particulares.

Buscando encaminhar uma solução para o problema, o CE levanta a possibilidade de um coeditor para o volume. Citou-se o professor A. Zolberg, belga, da Universidade de Chicago. No entanto, o CE se pronunciou a favor de um africano, que poderia complementar o conhecimento do editor em relação à África Ocidental (Unesco, 1975b, p.10).

Esse debate sobre o volume VIII destoa, sem dúvida, dos demais acerca da obra, contendo críticas pontuais aos autores e praticamente nenhuma aos editores. As críticas a Mazrui parecem revelar, portanto, que os organizadores da HGA viram em sua postura teórica uma ameaça ao andamento já elaborado para a obra. Afinal, tratava-se de um editor de volume.

A participação central de tais organizadores nos aspectos teórico-metodológicos da escrita da história na HGA reaparece, diretamente, na discussão do volume VII, referente ao século XIX em África. Aí, o editor do volume, A. Boahen, alerta o CE acerca da necessidade que tivera de notificar os autores de seu volume: tratava-se de “uma história da África vista como um todo, de uma perspectiva essencialmente interna”.¹² Sobre isso, o CE se posicionou dizendo que os autores deviam buscar superar uma visão de história ali presente, de que a África e os africanos seriam passivos na história, à espera de serem conquistados pela superioridade europeia. Nas palavras do CE:

É conveniente evitar as expressões ambíguas e os clichês históricos que dão uma má impressão da vida africana e de fatos marcantes de sua história. Nesse sentido, tem sido encontrada por diversos capítulos, notadamente os primeiros, a ideia de que a Europa conquistou a África em razão das “deficiências inerentes às sociedades africanas”, sem que essas deficiências sejam definidas por um critério próprio das sociedades africanas, mas unicamente por uma comparação

com as civilizações tecnológicas europeias. Do mesmo modo, é conveniente descartar toda expressão que perpetue o velho clichê da “passividade africana” ou da eterna referência à “iniciativa europeia” e às “reações africanas” nessa época. O CE não demanda que os autores abandonem todo espírito crítico ou que façam textos sistematicamente laudativos a respeito das sociedades e dos povos africanos, mas deve-se evitar o vilipêndio automático e os erros de perspectiva que tanto prejudicaram a qualidade do trabalho sobre a África. Se um soberano africano se mostra sanguinário, é necessário descrevê-lo como tal e justificar suas afirmações, mas deve-se evitar qualificar por isso todos os chefes de Estado africanos que se opuseram aos europeus sob a categoria de tiranos sanguinários, que oprimem seu povo e pilham territórios vizinhos. (Unesco, 1977b, p.24)

Além dessa observação geral, o CE faz uma crítica pormenorizada dos capítulos que formam o volume, pedindo correções e complementações. Indicam-se também novas fontes, materiais, terminologias (suprimindo termos outrora comuns como *paganismo*, *fetichismo* e *animismo*) etc. (Unesco, 1977b, p.29). Em alguns casos, propõe-se a substituição de autores que não respondiam às comunicações do editor. Vê-se aí um posicionamento radical dos organizadores, visando adequar a visão dos autores a uma ‘perspectiva mais africana’ da temática, conforme suas palavras. Algo que o CE qualifica como uma ‘mudança de espírito’.

Tal postura do CE mostra o seu apoio à linha interpretativa da ‘perspectiva africana’, construída pela HGA e por Boahen, em contraposição à visão de história de alguns dos autores do referido volume. Esse exemplo mostra que surgia uma forte oposição do grupo organizador da obra sempre que o CE acreditava que essa ‘perspectiva’ não estava sendo de fato incorporada na escrita da história da HGA. Esse posicionamento sofreria alterações, a partir de 1977.

A VITÓRIA DO PRAGMATISMO (1978-1982)

Após a reunião do CE em Paris, duas reuniões simultâneas em Nairóbi, no Quênia, entre abril e junho de 1978, do CE (8ª) e do Comitê (4ª), deram continuidade à concretização do projeto. Elas contaram com praticamente a mesma configuração dos últimos encontros.

Essas reuniões em Nairóbi estavam voltadas, sobretudo, para a discussão de questões administrativas relacionadas à publicação da obra, diferentemente das anteriores. Focavam, em especial, os dois primeiros volumes, que seriam

publicados no ano seguinte: *Metodologia e pré-história da África* (1) e *A África Antiga* (2). Destaca-se a preocupação dos membros do Comitê em garantir uma divulgação ampla dessa publicação, especialmente em África. Tais apontamentos ressaltam, por exemplo: a necessidade de proceder à tradução dos volumes para o árabe – visto que eles seriam inicialmente publicados em francês e inglês; o barateamento, por via contratual, do preço final da obra; e a difusão da HGA por programas públicos de comunicação de massa.

Quanto à discussão dos demais volumes da obra, observa-se facilmente que, em Nairóbi, as questões formais e pragmáticas se tornaram dominantes em relação às discussões de conteúdo, predominantes nos encontros anteriores. A mudança foi drástica. Mesmo em relação ao volume VIII, coordenado por Mazrui, o relatório realça que sua rediscussão, segundo as atas, realizou-se em uma ‘atmosfera mais construtiva’ do que outrora.¹³ O que explicaria tal redirecionamento repentino?

Podem-se conjecturar algumas razões para o fato. A primeira é que tais discussões de conteúdo poderiam ser, então, menos necessárias, talvez porque já se teria construído uma apreciação consensual sobre a temática e a linha interpretativa, talvez porque os organizadores já teriam consolidado sua posição em face dos demais. Uma segunda razão poderia ser o atraso nos prazos estabelecidos. Afinal, o projeto estava inicialmente programado para finalizar-se em 1978, ano em que apenas dois volumes estavam prontos.

As duas hipóteses, em tese, são válidas, mas é difícil crer que elas justificariam tal mudança repentina no andamento do projeto, mesmo porque muitas questões continuavam em aberto: por exemplo, o conteúdo do volume VIII, editado por Ali Mazrui.

A resposta a essa questão parece estar num fato novo, destacado nas atas da reunião do Comitê em Paris, em 1977. Lê-se ali que, “pela primeira vez durante o andamento do projeto”, o diretor geral da Unesco apareceu nas reuniões dos seus organizadores. O referido diretor era o senegalês M. A. Mahtar M’Bow, que, desde sua eleição, em 1974, desempenhou papel fundamental na sustentação do projeto da HGA na Unesco (Mourão, 2009).

Nessa visita, descrita pormenorizadamente nas atas da referida reunião, M’Bow veio garantir o apoio da Unesco ao projeto da HGA. É interessante, entretanto, que, em suas palavras, M’Bow faça questão de destacar a importância de a HGA não ser uma obra dogmática, mas democrática e em aberto,

mostrando o que ainda precisaria ser mais bem pesquisado sobre a história da África. Diz a ata:

O Diretor Geral insistiu na ideia de que esta História, como sublinhou o Comitê desde a sua primeira sessão, não deve ser dogmática, que ela não deve dissimular nem as insuficiências nem as lacunas atuais da pesquisa; afinal, ela traz uma renovação de grande importância na metodologia dos historiadores de todos os países e uma fonte de informação sobre o passado africano, insubstituível para os africanos, mas necessária também aos demais habitantes da terra. (Unesco, 1977b, p.34)

Quando se observa a história do projeto da HGA, como aqui vem sendo feito, torna-se evidente que, ao destacar seu princípio democrático, o diretor geral da Unesco buscava defender uma posição que ele considerava em perigo, diante da ação de alguns dos organizadores da obra. Nesse sentido, a crítica ao dogmatismo, ali reforçada, servia como crítica indireta a eles. Daí a referência ao necessário espírito democrático em uma obra como essa, exatamente no momento em que seus organizadores se viam pressionados pelo excesso de trabalho, pelo aumento de polêmicas internas e pelo atraso.

Sobre esse aspecto, aliás, A. Ajayi – um dos presidentes do CE – expôs algumas das dificuldades interpostas. Explicou que, diante delas, seria necessário prorrogar a existência do Comitê Científico e do próprio CE, de 1978 – como originalmente planejado – até, pelo menos, 1982. A promessa era de que os dois primeiros volumes da obra estivessem prontos para publicação em fins de 1978. Não consta a resposta de M’Bow.¹⁴

A mudança repentina no andamento das reuniões, entre Paris (1977) e Nairóbi (1978), leva a crer que a presença do diretor geral da Unesco na reunião de Paris, em 1977, fez que a pressão por um ambiente mais tolerante às visões divergentes em relação à posição dominante sobre a ‘perspectiva africana’, ali delineada, tenha surtido efeitos.

Nesse novo ambiente, foram revistos em Nairóbi temas polêmicos, como o volume VIII, coordenado por Mazrui. Na reunião do CE ressurgiram críticas pontuais aos capítulos desse volume. Rejeitando tais apontamentos, Mazrui defendeu a adoção de uma edição coletiva do volume, algo que o secretariado da Unesco julgou impossível pelo estatuto da obra.

O tema foi retomado na reunião do Comitê, na mesma cidade, nos dias seguintes. Diante do impasse, os membros do Comitê resolveram mudar de

opinião. E – segundo consta, com a objeção de alguns – decidiram aceitar a proposta original de Mazrui sobre o conteúdo do volume VIII, conforme apresentada na reunião de Cotonou (1975) (Unesco, 1978, p.40ss).

A decisão final sobre o conteúdo desse volume só foi tomada em 1979, em nova reunião do Comitê, em Paris. Aí se estabeleceu que a proposta original de Mazrui seria mantida, com um acréscimo de capítulos que permitisse entender as temáticas relativas à política interna africana. Ou seja, a solução foi uma conjunção de interesses entre o que o editor originalmente desejava, e algo do que foi agregado pelos membros do Comitê. Isso se tornou possível graças a uma ampliação desse volume, que passou a ter trinta capítulos, oito a mais que o usual na HGA. Essa vitória do editor, entretanto, é sem dúvida um exemplo do novo ambiente criado internamente, condicionado pela pressão do diretor geral da Unesco por um ‘ambiente democrático’, visando à finalização do projeto.

A partir de 1979, observa-se que as questões de forma, tradução e acesso à obra tornam-se as preocupações prementes dos organizadores da HGA e das reuniões do CE e do Comitê. Tratava-se, pois, de fechar essa obra que consumiu décadas de trabalho dos organizadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre 1982 e 1999, além da publicação completa em francês, inglês e árabe, volumes distintos da HGA foram publicados em chinês, português, espanhol, japonês, swahili, peule, hausa, italiano e fulani. Em 2007 se iniciou, oficialmente, a segunda etapa do projeto da HGA, intitulada “O uso pedagógico da *História Geral da África*”. O objetivo dessa fase é ampliar a difusão e a utilização pedagógica dos conhecimentos da HGA, tendo sido idealizada nos encontros organizados pela Unesco em Dakar (1986), Nairóbi (1989) e Trípoli (1999). Sua organização resulta de um pedido formal da União Africana, que pretende adotar um currículo comum de História da África para os seus países membros, baseado nas linhas estabelecidas pela HGA. O atual presidente (2010) do *Comitê Científico Para o Uso Pedagógico da História Geral da África* é o historiador Elikia M’Bokolo.

No Brasil, com o apoio do Ministério da Educação, se procedeu, em fins de 2010, à publicação completa dessa obra clássica sobre a história da África. Haverá também um trabalho de síntese e atualização desse vasto material.

Sem dúvida, novos dilemas se colocarão nas tentativas de renovar, com base na HGA, o conhecimento universal sobre a história da África, em projetos atuais. Essa retomada é salutar, pois, sem fazer tábua rasa do conhecimento histórico, baseia-se num extenso trabalho coletivo, que contou com os maiores especialistas da área, durante quatro décadas. O sucesso dessas empreitadas, entretanto, do nosso ponto de vista, dependerá da reflexão crítica acerca dos significados e da importância da busca por essa ‘perspectiva africana’ construída na HGA como critério científico para a compreensão histórica do continente. Nesse sentido, há que se investigar não só a história institucional do projeto, como aqui se fez, mas também sua presença como premissa teórico-metodológica da escrita da história da HGA.¹⁵

No que tange à história institucional do projeto, a perspectiva africana diz respeito, sobretudo, aos quatro pontos levantados na reunião de Paris, de 1971. São eles:

- a) abordagem científica e democrática;
- b) visando à totalidade da África, com suas inter-relações regionais;
- c) focada na história das sociedades, civilizações e instituições, valorizando as contribuições da tradição e da arte africana;
- d) buscando um conhecimento da África por ela mesma, do ponto de vista dos autores africanos sobre sua própria história, o reconhecimento do patrimônio cultural africano e os fatores que contribuíram para a unidade do continente.

Esses pontos são reafirmados na *Apresentação do projeto*, de 1979, redigida pelo então presidente do Comitê, o professor Betwhell Ogot.¹⁶

Esses pontos da reunião de Paris (1971) serão reafirmados pelos organizadores da obra ao longo da história institucional do projeto. Como aqui se observou, esse fato foi especialmente marcante durante o período entre 1975 e 1978, quando os organizadores interferiram diretamente na escolha dos autores, no direcionamento do conteúdo e no viés interpretativo da obra. Dois pontos foram aí destacados. Primeiramente, a necessidade de reafirmar os africanos como sujeitos de sua própria história. Em segundo lugar, a decisão de ver a África de um ponto de vista mais internalista ao próprio continente, como se evidencia nas polêmicas em torno do volume VIII, editado por Ali Mazrui.

Essa visão ortodoxa da perspectiva africana, entretanto, por razões já enumeradas, perde fôlego a partir de 1978, quando se inicia a publicação dos primeiros volumes da obra. É nesse período, também, que se busca finalizar os demais volumes, afinal publicados ao longo da década de 1980.

Apesar das polêmicas sobre a perspectiva africana na história do projeto da HGA, sem dúvida a construção desse direcionamento coletivo da obra, realizado por centenas de especialistas de todo o mundo, foi a maior contribuição que estes trouxeram ao conhecimento sobre a África. Os próprios autores estavam conscientes desse fato. Por isso, fizeram constar nos pontos gerais do projeto, em Paris (1971), esta afirmação: “Esse esforço em examinar os fatos desde seu interior é a característica singular do projeto e deverá, ao lado de suas qualidades científicas, conferir-lhe uma grande significação” (ver nota 7).

Compreender e atualizar essa reflexão coletiva sobre a ‘perspectiva africana’ é herdar o maior legado que a HGA deixou para a história da África, e para uma visão pós-eurocêntrica do saber histórico.

NOTAS

¹ UNESCO-CLT-HIGENAF-ABIDJAN-3 (UNESCO, 1966a), p.1. Disponível em: unesdoc.unesco.org/images/0014/001432/143293eb.pdf; Acesso em: 9 out. 2009.

² UNESCO-SHC-2 (UNESCO, 1966b), p.6-8. Disponível em: unesdoc.unesco.org/images/0012/001279/127997eb.pdf; Acesso em: 9 out. 2009.

³ SHC-MD-10 (UNESCO, 1970a), p.1. Disponível em: unesdoc.unesco.org/images/0012/001269/126966eb.pdf; Acesso em: 9 out. 2009.

⁴ SHC- CONF- 66-4-p. 15ss. UNESCO (1970). SHC-CONF-66-4 (UNESCO, 1970b), p.15ss. Disponível em: unesdoc.unesco.org/images/0000/000000/000090eb.pdf; Acesso em: 9 out. 2009.

⁵ UNESCO, 1970a, p.3. Grifo no original. Todas as citações de atas aqui citadas foram traduzidas pelo autor (MSB).

⁶ SHC-MD-16 (UNESCO, 1971), p.28-36). Disponível em: unesdoc.unesco.org/images/0000/000002/000233eb.pdf; Acesso em: 10 out. 2009.

⁷ UNESCO, 1971, p.7. Há duas diferenças entre este texto, aprovado em 1971, e o que consta da edição final do primeiro volume, em 1979. O primeiro deles é o item 2. Neste, a frase acima exposta é mantida, mas é complementada com a seguinte afirmação: “Os vínculos históricos da África com os demais continentes recebem a devida atenção, e são analisados do ponto de vista dos intercâmbios mútuos e das influências multilaterais, evidenciando,

na medida adequada, a contribuição da África ao desenvolvimento da humanidade”. A outra mudança se refere ao ponto 3. A primeira se mantém. A segunda ganha uma nova formulação, como segue: “Ela se fundamenta nas mais diversas fontes, incluída a tradição oral e a expressão artística”. São mudanças sutis que não alteram, substancialmente, o sentido dos textos.

⁸ Os quatro últimos pontos são citados, por exemplo, na carta (confidencial à época) de junho de 1976, do presidente do Comitê, Habte, e do secretário geral do Projeto, J. Devisse, para o Diretor Geral da Unesco, acerca dos problemas a serem solucionados para a continuidade do projeto. Ver: CC-CS-76-WS-18 (UNESCO, 1976), p.1-6. Disponível em: unesdoc.unesco.org/images/0002/000213/021386eb.pdf; Acesso em: 10 out. 2009.

⁹ SHC-75-CONF. 601-2, p.5 (UNESCO, 1975a), p.5. Disponível em: unesdoc.unesco.org/images/0001/000118/011828eb.pdf; Acesso em: 10 out. 2009.

¹⁰ Acerca da participação dos novos integrantes do Comitê e dos presentes nas reuniões do CE, ver CC-77-CONF.602-1 (UNESCO, 1977a), p.19. Disponível em: unesdoc.unesco.org/images/0003/000324/032484eb.pdf; Acesso em: 10 out. 2009.

¹¹ SHC-75-CONF.612-3 (UNESCO, 1975b), p.7.

¹² CC-77-CONF.602-2, (UNESCO, 1977b), p.23. Disponível em: unesdoc.unesco.org/images/0003/000324/032498fb.pdf; Acesso em: 10 out. 2009.

¹³ CC-78-CONF. 607-3, p.11 (UNESCO, 1978), p.11. Disponível em: unesdoc.unesco.org/images/0003/000349/034909eb.pdf; Acesso em: 10 out. 2009.

¹⁴ UNESCO, 1977b, p.40. A extensão do mandato do Comitê, para 1984, é confirmada na 27ª Reunião do Conselho Executivo da Unesco, em 1979. Ver: 107 EX-13 (UNESCO, 1979). Disponível em: unesdoc.unesco.org/images/0003/000357/035760eb.pdf; Acesso em: 10 out. 2009.

¹⁵ Algo realizado em minha tese de doutoramento: BARBOSA, Muryatan Santana. *A África por ela mesma: a perspectiva africana na História Geral da África* (Unesco). Tese (Doutorado em História) – FFLCH/USP. São Paulo, 2012. Orientadora: Marina de Mello e Souza.

¹⁶ OGOT, Bethwell. Apresentação do projeto. In: KI-ZERBO, Joseph. *Metodologia e pré-história da África*. (História Geral da África, v.1). São Paulo: Ática; Unesco, 1982.

Artigo recebido em 3 de junho de 2011. Aprovado em 24 de maio de 2012.